

Defensores indefesos

RENATA MARIZ

DA EQUIPE DO CORREIO

Histórias de pessoas engajadas na luta pelos mais pobres, em favor da natureza, aguerridas no combate às desigualdades e contra toda sorte de injustiças do mundo têm um quê de romantismo. Pelo menos no imaginário popular. A realidade, no entanto, é bem diferente para muitos defensores dos direitos humanos. Sujeitos a intimidações, espionagem, ameaças e risco de morte, eles seguem corajosos na batalha, mas com pouca ou nenhuma atenção do Estado.

A primeira ação governamental com o propósito de proteger a vida de militantes ameaçados por conta de suas atividades só surgiu em outubro de 2004. Sem avançar em nada, o Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos teve um segundo lançamento, realizado em fevereiro de 2005, quase uma semana antes do assassinato da missionária Dorothy Stang, em Anapu, no Pará.

Desde então, o programa, que nessa fase piloto deveria estar funcionando nos estados do Pará, Espírito Santo e Pernambuco, avançou pouco. Apenas o Pará, até pelo clamor provocado em função da morte de Dorothy, conseguiu tirar o projeto do papel. No Espírito Santo e em Pernambuco, a implementação caminha a passos lentos.

O atraso se explica, principalmente, pela falta de interesse dos agentes do governo e também da sociedade civil, que precisam se organizar. "Cada estado cria uma coordenação que tem autonomia para tocar os trabalhos", explica Estela Guerrini, coordenadora-geral do programa, vinculado à Secretaria Especial dos Direitos Humanos, órgão ligado à Presidência da República.

Coordenador do programa em Pernambuco, Fernando Santos chegou a cogitar a expulsão

Diário do Pará/Agência O Globo - 2/7/04



A MISSIONÁRIA DOROTHY STANG, QUE RECEBEU PRÊMIOS POR SUA LUTA EM DEFESA DOS SEM-TERRA, FOI ASSASSINADA DEPOIS DO LANÇAMENTO DO PROGRAMA

dos faltosos nas reuniões de implantação do programa. "Pedi, numa audiência com representantes da Casa Civil, que o governo federal cobre dos agentes públicos mais engajamento", relata Santos. Ele reconhece também que há pouca disposição de alguns segmentos da sociedade civil, como organizações não-governamentais envolvidas no programa.

Outro problema, unânime nos três estados escolhidos para sediar o projeto-piloto, é a tensão com a polícia, principal responsável pela proteção dos defensores em situação de maior risco. A indisposição chegou ao ponto de o então chefe da Polícia Civil de Pernambuco, Aníbal

Moura, declarar, no ano passado, que defensor dos direitos humanos era um defensor de bandido. "Agora, com o novo representante na polícia, temos o apoio para levar a implantação do programa adiante", comemora Santos.

Polícia treinada

Para Darci Frigo, coordenador da organização Terra de Direitos, essa é parte de maior complexidade do programa. "Provavelmente os principais ameaçadores são agentes públicos, especialmente ligados à polícia. Aí entramos numa contradição", destaca. Talvez por esse motivo tantos defensores dos direitos humanos se recusem a receber

proteção policial. Para sanar o problema, os estados estão investindo em capacitação.

No Pará, 70 policiais militares foram treinados para dar apoio especializado a defensores ameaçados de morte. Já houve 11 pessoas protegidas. Hoje são seis. "Acho que conseguimos avançar em função da vontade política. Entidades governamentais e não-governamentais estavam engajadas desde o início", explica Anelyse Santos Freitas, defensora pública e coordenadora do programa no Pará.

Ela ressalta que, apesar do estágio avançado, a falta de recursos é um dos entraves para o desenvolvimento do programa no Pará. Os R\$ 400 mil recebidos

pelo estado têm sido utilizados para fazer levantamentos, elaborar denúncias, capacitar policiais e garantir a proteção dos defensores já atendidos. Há pouco tempo, Anelyse apresentou um projeto à Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), órgão do Ministério da Justiça, pedindo recursos para comprar equipamento para os policiais, mas não obteve resposta. "As pessoas têm que entender que o tema é amplo e perpassa a área da segurança pública também, e não só dos direitos humanos", defende Anelyse.

Numa reunião realizada há 15 dias, a coordenação nacional do programa liberou R\$ 200 mil para o estado do Espírito Santo. Com o

dinheiro será feito um diagnóstico da situação na região. "Acredito que agora conseguiremos implementar o programa", afirma Marta Falqueto, integrante do conselho capixaba e membro do Movimento Nacional dos Direitos Humanos. Pernambuco já recebeu R\$ 497 mil. O orçamento do programa do governo federal este ano, de R\$ 2,7 milhões, esgotou-se, com os últimos convênios firmados junto aos estados.

Falta de números

Por ser tão velado e na maioria das vezes acontecer no campo, o problema ainda não foi quantificado. Nem a sociedade civil organizada nem o próprio governo consegue saber quantos defensores dos direitos humanos no país estão sob ameaça. Relatório elaborado pela organização não-governamental Justiça Global reuniu 51 casos emblemáticos de violência contra defensores, dos quais 20 terminaram em assassinato. Os crimes ocorreram entre 2002 e 2005. "O número é maior, mas não temos hoje dados precisos", explica Sandra Carvalho, diretora-executiva da Justiça Global.

Ela ressalta que, além de garantir a vida digna do defensor, livrando-o de intimidações, ameaças, violações à sua privacidade, o programa do governo federal reforçará a investigação do fato. "Uma boa apuração já inibe a ocorrência da ameaça", afirma.

Outro ponto importante do projeto, destaca Darci Frigo, coordenador da Terra de Direitos, é garantir a permanência do defensor em seu local de atuação. "Diferentemente do Provita (Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas), que tira o protegido do ambiente do problema, esse programa fará com que ele se sinta seguro para continuar seu trabalho." O Provita só se aplica a pessoas que estão colaborando com a Justiça.